

**Processo** : TC-003207.989.20-3

**Entidade** : Prefeitura Municipal de Cerquilha

**Assunto** : Acompanhamento das Contas Anuais

**Período  
examinado** : 1º quadrimestre de 2020

**Prefeito** : Sr. Aldomir José Sanson

**CPF nº** : 249.145.178-68

**Período** : 1/1/2020 a 30/4/2020

**Relatoria** : Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo

**Instrução** : UR-9 – Sorocaba / DSF-II

**Senhor Chefe Técnico da Fiscalização em Substituição da Seção UR-9.1,**

Este relatório consolida o resultado do acompanhamento das informações prestadas a esta e. Corte de Contas pelo órgão, no período em epígrafe.

Em atendimento ao TC-A-030973/026/00, registramos a notificação do Sr. Aldomir José Sanson, responsável pelas contas em exame (documento anexo).

Informamos que o município possui a seguinte série histórica de classificação no Índice de Efetividade da Gestão Municipal-IEG-M:

EXERCÍCIOS	2016	2017	2018
IEG-M	B+	B	B
i-Planejamento	C+	B	B
i-Fiscal	B+	B	B+
i-Educ	B+	B	B+
i-Saúde	B	B+	B
i-Amb	A	B+	A
i-Cidade	B+	B+	B+
i-Gov-TI	B	B	C+

Obs.: Índices após verificação/validação da Fiscalização.

A Fiscalização planejou a execução de seus trabalhos, agregando a análise das seguintes fontes documentais:

1. Indicadores finalísticos componentes do IEG-M – Índice de Efetividade da Gestão Municipal;
2. Prestações de contas mensais do exercício em exame, encaminhadas pela Chefia do Poder Executivo;
3. Resultado do acompanhamento simultâneo do Sistema AudeSP, bem como acesso aos dados, informações e análises disponíveis no referido ambiente;
4. Análise das denúncias, representações e expedientes diversos;
5. Leitura analítica dos três últimos relatórios de fiscalização e respectivas decisões desta Corte, sobretudo no tocante a assuntos relevantes nas ressalvas, advertências e recomendações;
6. Análise das informações disponíveis nos demais sistemas deste e. Tribunal de Contas do Estado;
7. Outros assuntos relevantes obtidos em pesquisa aos sítios de transparência dos Órgãos Fiscalizados ou outras fontes da rede mundial de computadores.

O presente relatório quadrimestral visa contribuir para a tomada de providências dentro do próprio exercício, possibilitando a correção de eventuais falhas, resultando numa melhoria das contas apresentadas.

Saliente-se, por oportuno, que os dados poderão ser reavaliados quando da fiscalização do fechamento do exercício, oportunidade em que todos os balanços contábeis estarão encerrados.

Ressaltamos, ainda, que a fiscalização, em virtude das limitações de locomoção causadas pela pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), foi efetivada remotamente, por meio de todas as ferramentas e sistemas disponíveis.

Ademais, foi antecedida de criterioso planejamento, com base no princípio da amostragem, que indicou a necessária extensão dos exames.

Outrossim, consignamos que foi autuado o processo TC-014693.989.20-4, para fins de Acompanhamento Especial da gestão das medidas de combate à referida pandemia.

## **PERSPECTIVA A: PLANEJAMENTO**

### **A.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - PLANEJAMENTO**

#### **A.1.1. CONTROLE INTERNO**

Muito embora o sistema esteja regulamentado, os relatórios apresentados pelo Controle Interno são meramente informativos, não contendo apontamentos advindos de um efetivo acompanhamento das políticas públicas implantadas e não possuindo sequer assinatura, consoante exemplo juntado nestes autos (documento anexo).

A despeito da encimada falha, vislumbramos um acompanhamento, embora não devidamente formalizado, dos atos e despesas relacionadas à pandemia da Covid-19 (documento anexo).

Salientamos, ainda, o fato de o responsável pelo Controle Interno exercer cumulativamente o cargo comissionado de Secretário de Obras, Viação e Serviços. Citadas funções possuem escopos diversos, em potencial prejuízo ao princípio da eficiência.

Dessa forma, resta parcialmente descumprido o disposto no artigo 49 das Instruções TCESP nº 2/2016, comprometendo o pleno atendimento aos artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal, bem assim ao parágrafo único do artigo 54 e ao artigo 59, ambos da Lei de Responsabilidade Fiscal, e ao parágrafo único do artigo 38 da Lei Orgânica desta Corte.

#### **A.3. OBRAS PARALISADAS**

No acompanhamento do quadrimestre não constatamos ocorrências dignas de nota.

## PERSPECTIVA B: GESTÃO FISCAL

### B.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS – GESTÃO FISCAL

Face ao contido no art. 1º, § 1º da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o qual estabelece os pressupostos da responsabilidade da gestão fiscal, passamos a expor o que segue:

#### B.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO PERÍODO

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Valores	
(+) RECEITAS REALIZADAS	R\$ 51.449.633,07	
(-) DESPESAS EMPENHADAS	R\$ 67.495.297,19	
(-) REPASSES DE DUODÉCIMOS À CÂMARA	R\$ 983.332,00	
(+) DEVOLUÇÃO DE DUODÉCIMOS DA CÂMARA	R\$ -	
(-) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS À ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	R\$ -	
(+ ou -) AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO	R\$ -	
<b>RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>-R\$ 17.028.996,12</b>	<b>-33,10%</b>

Dados extraídos do Sistema Audesp: Relatório de Instrução juntado neste evento.

Nos termos do art. 59, § 1º, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Município foi alertado, por quatro vezes, sobre desajustes em sua execução orçamentária.

Consideradas as despesas liquidadas, constata-se um *superávit* de R\$ 8.919.693,98, correspondente a 17,34%.

Face à perspectiva de *déficit* orçamentário, conforme retro descrito, informamos que o município decretou estado de emergência, devidamente reconhecido pela Assembleia Legislativa Estadual (art. 65 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

#### B.1.2. ANÁLISE DOS LIMITES E CONDIÇÕES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

No período, as análises automáticas não identificaram descumprimentos aos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto à Dívida Consolidada Líquida, Concessões de Garantias e Operações de Crédito, inclusive ARO.

### B.1.2.1. DESPESA DE PESSOAL

Conforme Relatório de Gestão Fiscal emitido pelo Sistema Audep, referente ao 1º quadrimestre do exercício analisado, é possível ver que o Poder Executivo atendeu ao limite da despesa de pessoal previsto no art. 20, III, alínea “b” da Lei de Responsabilidade Fiscal.

### B.1.4. RESTRIÇÕES DE ÚLTIMO ANO DE MANDATO

#### B.1.4.1. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

##### B.1.4.1.1. DOIS ÚLTIMOS QUADRIMESTRES – COBERTURA MONETÁRIA PARA DESPESAS EMPENHADAS E LIQUIDADAS

O quadro a seguir, consoante apurado pelo Sistema Audep, demonstra a projeção de atendimento do artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

<b>Evolução da liquidez entre 30.04 e 31.12 (projetado) do exercício de:</b>	<b>2020</b>
<b>Disponibilidades de Caixa em 30.04</b>	<b>R\$ 19.004.699,73</b>
(-) Saldo de Restos a Pagar em 30.04	R\$ 7.139,82
(-) Empenhos Liquidados a Pagar em 30.04	R\$ 1.836.909,91
(-) Saldo da Despesa Empenhada a Liquidar	R\$ 25.948.690,10
(-) Valores Restituíveis	R\$ 174.605,60
<b>Liquidez em 30.04</b>	<b>R\$ (8.962.645,70)</b>
(+) Saldo da Receita Prevista a Realizar	R\$ 91.050.366,93
(-) Saldo da Despesa Autorizada a Empenhar	R\$ 78.035.473,28
(-) Saldo das Transferências Financeiras a Realizar	R\$ 1.966.668,00
<b>Liquidez projetada em 31.12</b>	<b>R\$ 2.085.579,95</b>

Apuração a partir de informações fornecidas pela Origem ao Sistema AUDESP

Considerando o disposto pelo art. 65, §1º, II da Lei de Responsabilidade Fiscal, ao final do exercício será verificada eventual dispensa de observância da vedação do art. 42 do mesmo diploma.

##### B.1.4.1.2. OPERAÇÃO DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO

No quadrimestre em análise o Município não realizou operação de crédito por antecipação da receita orçamentária - ARO.

#### **B.1.4.2. LEI ELEITORAL (LEI FEDERAL Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997)**

##### **B.1.4.2.3. DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE BENS, VALORES E BENEFÍCIOS**

No quadrimestre em análise, a Prefeitura não criou novos programas de distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios fiscais.

#### **B.3. OUTROS PONTOS DE INTERESSE**

##### **B.3.1. ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS**

Constatamos atendimento à Ordem Cronológica de Pagamentos.

#### **PERSPECTIVA C: ENSINO**

##### **C.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NO ENSINO**

A aplicação de recursos, no período, conforme informado ao Sistema Audesp, apresentou os seguintes resultados:

<b>Art. 212 da Constituição Federal:</b>	<b>%</b>
DESPESA EMPENHADA - RECURSO TESOIRO (mínimo 25%)	28,37%
DESPESA LIQUIDADADA - RECURSO TESOIRO (mínimo 25%)	22,94%
DESPESA PAGA - RECURSO TESOIRO (mínimo 25%)	22,62%

<b>FUNDEB:</b>	<b>%</b>
DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 95%)	76,53%
DESPESA LIQUIDADADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 95%)	76,53%
DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 95%)	75,43%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 60%)	76,53%
DESPESA LIQUIDADADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 60%)	76,53%
DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 60%)	75,43%

**Dados extraídos do Sistema Audesp:** Relatório de Instrução juntado neste evento.

No período examinado e com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentuais de aplicação desfavoráveis ao atendimento do disposto no artigo 212 da Constituição Federal e no § 2º do artigo 21 da Lei Federal nº 11.494/2007.

Nos termos do art. 59, § 1º, V, da Lei de Responsabilidade Fiscal, **foi o Município alertado**, por oito vezes, consoante Notificações de Alertas juntados no presente evento.

Com base nos dados coletados junto à origem, constatamos demanda não atendida no seguinte nível:

NÍVEL	DEMANDA POR VAGAS	OFERTA DE VAGAS	RESULTADO
Ensino Infantil (Creche)	1.348	1.220	-9,50%

Instada a se manifestar acerca da eliminação do *déficit* de 128 vagas no Ensino Infantil (Creche), a Origem noticiou a inauguração de nova unidade escolar, com 141 novas vagas, a serem disponibilizadas para atendimento da demanda reprimida assim que houver o retorno das aulas na rede municipal de ensino.

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em virtude da pandemia da Covid-19, alterou a rotina escolar, com suspensão total das aulas presenciais para os alunos da Rede Municipal de Ensino. Consequentemente, vem tomando medidas educacionais de emergência voltadas a mitigar os possíveis impactos sobre a aprendizagem.

Das medidas informadas, destacamos:

- Elaboração de plano de trabalho para instituir o ensino não presencial;
- Formação específica para gestores e professores;
- Utilização de plataforma *on-line* para realização de atividades pedagógicas, com orientação a pais e alunos;
- Disponibilização de materiais impressos para alunos sem acesso a *internet*.



## PERSPECTIVA D: SAÚDE

### D.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NA SAÚDE

Conforme informado ao Sistema Audesp, a aplicação na Saúde atingiu, no período, os seguintes resultados:

Art. 77, III c/c § 4º do ADCT	%
DESPESA EMPENHADA (mínimo 15%)	58,07%
DESPESA LIQUIDADADA (mínimo 15%)	30,03%
DESPESA PAGA (mínimo 15%)	28,21%

Dados extraídos do Sistema Audesp: Relatório de Instrução juntado neste evento.

## PERSPECTIVA H: OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

### H.1. DENÚNCIAS/REPRESENTAÇÕES/EXPEDIENTES

As denúncias / representações / expedientes serão tratados no fechamento do exercício em exame, tendo em vista que, no momento, não concluímos a análise da matéria.

## CONCLUSÃO

Com relação aos assuntos tratados neste relatório, destacamos:

**A.1.1. CONTROLE INTERNO:** Ausência de verificação da efetividade de políticas públicas;

**B.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO PERÍODO:** Déficit na execução orçamentária (despesa empenhada);





**C.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL (ENSINO):** Percentuais de aplicação desfavoráveis; existência de demanda não atendida de vagas em Creches.

À consideração de Vossa Senhoria.

Seção UR-9.1 - Sorocaba, 11 de agosto de 2020

Cristina Soto Cardia  
Agente da Fiscalização